

ATA DA 6ª ASSEMBLEIA DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTOS DO LITORAL

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 03 de Fevereiro de 2026, das 14:30h às 17h, de forma on-line através do link de Acesso: <https://teams.live.com/> disponibilizado previamente através de ofício enviado aos municípios.

2. CONVOCAÇÃO: O comparecimento dos municípios se deu em observância à convocação realizada mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba do dia 27/01/2026, página 01.

3. QUORUM E PRESENCAS: Estiveram presentes o representante do Estado da Paraíba, do BNDES e os representantes dos seguintes municípios: Alhandra, Bayeux, Belém, Caaporã, Cabedelo, Caiçara, Cruz do Espírito Santo, Cuitegi, Curral de Cima, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Mari, Mulungu, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilões, Pitimbu, Rio Tinto, Salgado de São Félix, São José dos Ramos e Serra da Raiz. (Quórum atingido - 58,41%)

4. DIREÇÃO DOS TRABALHOS: A direção dos trabalhos coube ao Sr. Deusdete Queiroga Filho, secretário de estado da infraestrutura e dos recursos hídricos como substituto do Governador João Azevedo Lins Filho, Presidente do Colegiado Microrregional, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 6º da lei complementar 168 de 2021 que institui as Microrregiões de Água e Esgotos (MRAE) da Paraíba.

5. SECRETÁRIA-GERAL: Sra. Virgiane da Silva Melo, na função de Secretária-geral interina da MRAE do Litoral.

6. ORDEM DO DIA: 1. Resultado das contribuições da Consulta e Audiência Pública; 2. Condições gerais da PPP; 3. Aprovação dos termos aditivos (contratos e regulamentos da prestação direta regionalizada) dos 85 municípios da PPP, considerando a dilação do ano da universalização para 2039; 4. Aprovação dos Planos Regionais de Esgotamento Sanitário para os 85 municípios da PPP.

7. DEBATES E DECISÕES: Abertos os trabalhos e verificada a existência de quórum, a secretária-geral deu início à Assembleia, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do Colegiado Microrregional.

7.1. O Presidente iniciou os trabalhos com uma breve introdução acerca dos temas a serem tratados, destacando a relevância da assembleia para a Microrregião e os assuntos que seriam objeto de deliberação. Recordou, ainda, a deliberação ocorrida na reunião anterior, quando a Assembleia

Microrregional aprovou o prosseguimento, por parte da CAGEPA, do processo de Parceria Público-Privada (PPP) para o esgotamento sanitário, em razão da necessidade de aporte de investimentos do setor privado para o alcance da meta de universalização dentro do prazo estabelecido que teve prorrogação aprovada pela Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB), através de Resolução publicada no Diário Oficial do Estado no dia 31 de janeiro de 2026, páginas 5 e 6.

7.2 Dando prosseguimento, a palavra foi passada à equipe do BNDES para apresentação técnica. A apresentação contemplou a linha do tempo do projeto, a visão geral dos processos de participação social de Consulta e Audiência Pública e os principais temas de ajuste decorrentes das contribuições recebidas, o trâmite de aprovação da prorrogação da universalização dos serviços de esgotamento sanitário até o ano de 2039 e aspectos do Plano Regional de Saneamento Básico – PRSB objeto de deliberação.

No que se refere à linha do tempo do projeto, o BNDES indicou que, em novembro de 2025, ocorreu a finalização dos estudos e o desenvolvimento da primeira versão das minutas editalícias. Em dezembro de 2025, foram realizadas a aprovação preliminar do projeto junto aos colegiados microrregionais e a abertura da Consulta Pública. No mês de janeiro de 2026, aconteceram a Audiência Pública e o roadshow, bem como o encerramento da Consulta Pública. Em fevereiro de 2026, estão previstas a aprovação final junto aos colegiados microrregionais, a aprovação pelo Conselho Gestor de Parceria Público-Privada do Estado da Paraíba – CGPB e a publicação do edital. Por fim, em 31 de março de 2026, está programada a realização do leilão.

Foram detalhadas as condições gerais da PPP, cujo edital adotará a modalidade de concorrência internacional, com modo de disputa fechado e aberto, mediante apresentação de propostas fechadas e rodada de disputa em viva-voz. O critério de julgamento será o menor valor da contraprestação pública. O contrato será estruturado como Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão administrativa, tendo como contratante a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA. O objeto abrange a prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário, inclusive soluções alternativas, bem como serviços complementares, incluindo atividades de apoio à gestão comercial da CAGEPA, com vistas à universalização do serviço até 2039. O prazo contratual será de 25 anos, com abrangência em 85 municípios integrantes das Microrregiões do Alto Piranhas e do Litoral. A remuneração do parceiro privado se dará por contraprestação mensal, com

reajuste anual pelo IPCA, e a alocação de riscos observará matriz compatível com a Norma de Referência ANA nº 5/2024.

Quanto à Consulta Pública, informou-se que esta foi realizada no período de 10 de dezembro de 2025 a 11 de janeiro de 2026, com a realização de audiência pública em 6 de janeiro de 2026. Foram recebidas 232 contribuições, apresentadas por 12 empresas, das quais 47 foram integralmente acatadas, 48 parcialmente acatadas, 118 não acatadas e 19 consistiram em pedidos de esclarecimentos. Os temas considerados mais críticos envolveram a inflexibilidade na remuneração por execução de obras antecipadas, o peso do indicador de atendimento na contraprestação fixa e o sistema de garantias do projeto.

No tocante aos principais ajustes promovidos, esclareceu-se que a ausência de bonificação pela antecipação do atingimento de metas de universalização foi uma premissa adotada de forma deliberada, com o objetivo de evitar elevação tarifária ao consumidor e resguardar o princípio da modicidade tarifária. Como mecanismo mitigador, foi adotada a aferição de indicadores de desempenho por blocos no cálculo da contraprestação fixa, tendo o período de aferição nessa modalidade de blocos sido ampliado de cinco para sete anos, em atenção às contribuições recebidas. Em relação ao peso dos indicadores de atendimento e cobertura, houve revisão da ponderação originalmente prevista, que privilegiava maior peso ao indicador de atendimento, para proporção mais equilibrada entre ambos os indicadores de atendimento e cobertura. No que concerne ao sistema de garantias, foram incluídos mecanismos de automatização de fluxos de recebíveis e a constituição de conta reserva, visando reduzir os riscos de liquidez e melhorar a financiabilidade do projeto junto às instituições financeiras e ao mercado de capitais.

Foi apresentado, ainda, o trâmite junto à Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB de prorrogação da universalização dos serviços de esgotamento sanitário para 2039, com a manutenção da universalização do abastecimento de água até 2033, conforme objeto de deliberação em assembleia anterior. Destacou-se que o reajuste real projetado ao ano é ínfimo, praticamente eliminando a necessidade de reajustes reais ao longo de período significativo do contrato, reforçando a modicidade tarifária do projeto. A prorrogação encontra respaldo no artigo 11-B, § 9º, da Lei Federal nº 11.445/2007, com redação dada pela Lei Federal nº 14.026/2020. Informou-se, assim, que o trâmite iniciado junto à Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB visando à prorrogação, iniciado com a apresentação do projeto de PPP e do pleito de prorrogação do prazo de universalização em dezembro de 2025 e seguido de fase de questionamentos, respostas e conclusão em

janeiro de 2026, foi bem-sucedido com a publicação da anuência no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

Por fim, foram apresentados os principais aspectos do Plano Regional de Saneamento Básico – PRSB, circunscrito ao escopo do projeto, abrangendo os 85 municípios atendidos, sendo 37 na microrregião do Alto Piranhas e 48 na do Litoral. O plano foi elaborado com base em diagnóstico técnico-operacional e socioambiental da região, avaliação dos planos municipais existentes e prognósticos de demanda, investimentos e despesas operacionais. Ressaltou-se o impacto social positivo dos investimentos em saneamento, bem como as contribuições oriundas da Consulta Pública, que resultaram em correções pontuais de índices e valores, com impacto praticamente insignificante no montante total de investimentos e despesas. Registrou-se, ainda, que um novo PRSB encontra-se em elaboração, com o objetivo de complementar o atual, incorporando áreas do Estado não contempladas e os serviços de abastecimento de água, destacando-se a relevância do plano como condição de validade dos contratos de saneamento básico, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 11.445/2007.

Aberta a sessão para debates, o representante de Itapororoca expressou preocupação com a dilação do prazo para municípios que ainda não possuem nenhum serviço de esgotamento, solicitando prioridade na execução. Em resposta, o Presidente da CAGEPA, Dr. Marcus Vinicius, e o Presidente Deusdete, tranquilizaram o representante, informando que os investimentos em água já estão garantidos e que o cronograma de esgoto buscará não deixar nenhum município para trás, havendo metas individualizadas. O representante de Jacaraú questionou sobre o cronograma de início das obras e prioridades, sendo informado pelo Dr. Marcus Vinicius sobre a inclusão do distrito de Timbó no projeto e que o cronograma detalhado será definido com o parceiro privado. O representante de Mulungu questionou sobre a política tarifária, se haveria diferenciação por município. Foi esclarecido pelo Dr. Deusdete e Dr. Marcus Vinicius que será mantida a tarifa única estadual, preservando o subsídio cruzado para proteger os pequenos municípios. O representante de Gurinhém indagou sobre a expectativa de início dos investimentos e o uso de novas tecnologias. A mesa respondeu que o edital será publicado em breve com leilão previsto para 31 de março de 2026, e que novas tecnologias são bem-vindas desde que atendam aos parâmetros legais de tratamento. Por fim, o representante de Mamanguape, perguntou sobre a prioridade para locais com rede existente, sendo esclarecido que ativos existentes serão incorporados, mas o investimento contemplará também áreas sem cobertura.

Passando às deliberações, o Presidente Interino do Colegiado, Sr. Deusdete colocou os itens da pauta em votação. Item 1: Resultado das contribuições da consulta e audiência pública, aprovado por unanimidade. Item 2: Condições gerais da PPP, com investimento na ordem de R\$ 3 bilhões e concessão de 25 anos, aprovado por unanimidade. Item 3: Aprovação dos termos aditivos referentes à prorrogação da meta de universalização do esgotamento sanitário para 2039, aprovado por unanimidade. Item 4: Aprovação dos Planos Regionais de esgotamento sanitário para os 85 municípios. Todos os itens foram aprovados por unanimidade.

8. LINK DA TRANSMISSÃO DA ASSEMBLEIA:

[6ª Assembleia das Microrregiões de Água e Esgoto da Paraíba: Microrregião Litoral](#)

9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Deusdete Queiroga Filho encerrou a Assembleia. Eu, Virgiane da Silva Melo, Secretária-geral interina, lavrei a presente ata que será publicada no site das Microrregiões.

João Pessoa/PB, 03 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

Virgiane da Silva Melo

Secretária-geral interina